

# EURO-LETTER

A *Euro-letter* é publicada pela **ILGA-Europa** – a estrutura regional europeia da Associação Internacional Lésbica e Gay, com o apoio da Comunidade Europeia – A União Europeia contra a Discriminação.

**Editor:** Juris Lavrikovs

**Para nos contactar:** [eurolletter@ilga-europe.org](mailto:eurolletter@ilga-europe.org)

**Para receber a *Euro-Letter*** [em inglês]: Basta enviar uma mensagem sem conteúdo para [eurolletter-subscribe@yahoogroups.com](mailto:eurolletter-subscribe@yahoogroups.com)

**Números anteriores:** Todas as *Euro-Letter* em inglês, bem como as traduções em alemão e português a partir do n.º 76 (Janeiro de 2000), e em grego a partir do n.º 127 (Janeiro de 2006), estão disponíveis, em formato *pdf*, no nosso *website*,

[www.ilga-europe.org/europe/publications/euro\\_letter](http://www.ilga-europe.org/europe/publications/euro_letter)

A ILGA-Europa agradece à Frente de Libertação Lésbica e Gay as traduções alemãs da Euro-Letter, que estão igualmente disponíveis no *website* da organização: [www.lglf.de](http://www.lglf.de)

A informação contida nesta publicação não reflecte necessariamente a posição ou opiniões da Comissão Europeia.

## Nesta edição:

### ILGA-Europa:

- Membro da Direcção da ILGA-Europa presidirá aos destinos da ILGA!
- ILGA-Europa prossegue o seu trabalho em relação à Agência de Direitos Fundamentais da UE
- ILGA-Europa faz discurso de abertura na reunião suplementar da Dimensão Humana da OSCE sobre os Defensores dos Direitos Humanos

### Europa:

- Processo de consulta pública sobre o Livro Branco da Comissão sobre uma política de comunicação europeia
- Supremo Tribunal sueco, restaurante e beijo entre lésbicas
- Grécia não quer gays nas suas Forças Armadas
- Dirigente de partido húngaro aliado do *Fidesz* faz afirmações homofóbicas em antecipação das eleições

### Famílias de pessoas do mesmo sexo:

- República Checa: Reacção homossexual à lei sobre uniões de pessoas do mesmo sexo
- Irlanda: Governo prepara-se para conferir protecção legal às uniões civis
- Holanda: Números relativos aos casamentos de pessoas do mesmo sexo estabilizam

### Liberdade de reunião:

- Presidente da Câmara de Moscovo instado a «reponderar» a proibição da Marcha do Orgulho Gay

### Breves:

- Duas vagas no Gabinete para as Instituições Democráticas e para os Direitos Humanos
- Vaga na Rede Europeia Contra a Pobreza
- Últimos livros sobre os direitos de LGBT
- Igualdade de Direitos na Prática – Últimos números

# ILGA-EUROPA:

## Membro da Direcção da ILGA-Europa presidirá aos destinos da ILGA!

*Fonte: Comunicado de imprensa da ILGA-Europa, 4 de Abril de 2006*

No dia 3 de Abril de 2006, o último dia da 23.ª conferência Mundial da Associação Internacional Gay e Lésbica (ILGA), que teve lugar em Genebra, os delegados elegeram Philipp Braun, membro da Direcção da ILGA-Europa, para o lugar de co-Secretário Geral masculino e Rosanna Flamer-Caldera para o lugar de co-Secretária Geral feminina da ILGA. Entre outras importantes decisões tomadas pela Conferência Mundial da ILGA conta-se a atribuição do Secretariado para as Mulheres à organização sueca RFSL, e a criação do Secretariado para os Transsexuais. Foi ainda decidido que as próximas duas Conferências Mundiais da ILGA terão lugar no Quebec (Canadá) em 2008 e em Moscovo (Rússia), em 2010.

A ILGA-Europa congratula-se pelo facto de um dos membros da sua direcção ser agora co-responsável pela direcção da organização a um nível global.

Patricia Prendiville, Directora Executiva da ILGA-Europa afirmou: *«Estamos muito satisfeitos pelo facto de Philipp Braun, membro da nossa direcção, ter merecido esta honra e confiança por parte de activistas lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais (LGBT) de todo o mundo. O Philipp tem estado envolvido no movimento pelos direitos de LGBT ao nível europeu e internacional há vários anos. Estamos ansiosos por trabalhar com o Philipp e a Rosanna nos próximos anos, tanto mais que iremos manter uma cooperação mais próxima, quando mudarmos para instalações de trabalho comuns no final deste ano».*

(1) A ILGA-Europa é a estrutura regional europeia da Associação Internacional Lésbica e Gay, desenvolvendo a sua actividade no domínio dos direitos humanos e da igualdade para as pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais na Europa.

(2) Philipp Braun é um activista LGBT desde o início dos anos 90 do século passado. É membro da direcção da organização LGBT alemã LSVD desde 2003; Philipp desenvolveu a sua actividade nos domínios das uniões homossexuais, da luta contra a discriminação e da legislação sobre a transsexualidade na Alemanha, e tem trabalhado desde 2003 pela discussão dos direitos de LGBT ao nível das Nações Unidas.

## ILGA-Europa prossegue o seu trabalho em relação à Agência dos Direitos Fundamentais da UE

*Por Christine Loudes*

A ILGA-Europa tem estado envolvida no debate sobre a criação da Agência desde Dezembro de 2003. Concretamente, nós queremos que seja criada uma agência independente, devidamente apetrechada com os meios necessários ao seu trabalho e que envolva as ONG na sua actividade. Nós transmitimos estas exigências-chave na resposta à Comunicação da Comissão sobre a Agência dos Direitos Fundamentais.

Em Junho de 2005, a Comissão apresentou um projecto de regulamento que está a ser discutido actualmente pelo Conselho Europeu e debatido pelo Parlamento Europeu.

A Presidência Austríaca afirmou que irá tentar levar a bom termo a proposta durante o seu mandato (Janeiro-Junho de 2006). No dia 22 de Março de 2006 a Plataforma Social, a Rede de Direitos Humano e Democracia e a Concórdia, enviaram uma carta à Presidência Austríaca, pedindo que o processo seja conduzido mais lentamente de forma a que possam ser adequadamente discutidas as questões suscitadas quanto à independência e ao pluralismo no seio da Agência cuja criação foi proposta.

A ILGA-Europa enviou uma circular aos seus membros para que chamassem a atenção ao ministro nacional responsável pelo dossiê para a falta de independência e pluralismo da Agência e para a necessidade de o artigo 13.º do TCE receber maior peso no trabalho da Agência.

A ILGA-Europe, como membro da Plataforma Social, esteve activamente envolvida na preparação das propostas de alteração do projecto da Comissão. As alterações sugeridas visam garantir a independência da Agência perante a Comissão e os Estados-Membros, o envolvimento das ONG no seu trabalho e processo de tomada de decisões e a salvaguarda dos direitos humanos das pessoas que são alvo de discriminação. Para este efeito, acrescentaram-se referências ao artigo 13.º do TCE e ao artigo 21.º da Carta da UE à proposta da Comissão.

Para mais informações, visite, por favor, o nosso *website*:

[www.ilga-europe.org/europe/advocacy\\_lobbying/human\\_rights\\_mechanisms/fundamental\\_rights\\_agency](http://www.ilga-europe.org/europe/advocacy_lobbying/human_rights_mechanisms/fundamental_rights_agency) ou contacte [christine@ilga-europe.org](mailto:christine@ilga-europe.org).

## ILGA-Europa faz discurso de abertura na Reunião Suplementar da Dimensão Humana da OSCE sobre os Defensores dos Direitos Humanos

*Por Maxim Anmeghichean*

Pela primeira vez na história da OSCE a ILGA-Europa foi convidada a fazer o discurso de abertura durante uma Reunião Suplementar da Dimensão Humana (RSDH) sobre os Defensores dos Direitos Humanos. O discurso foi proferido perante uma vasta plateia, que incluía delegações dos Estados participantes, representantes da sociedade civil e distintos convidados. Maxim Anmeghichean, o Director de Programas da ILGA-Europa, afirmou, durante o discurso: «*O estigma que recai sobre estas minorias [socialmente vulneráveis] reflecte-se também sobre todos os que defendem os seus direitos, e é muitas vezes utilizado para os desacreditar. Este estigma impede ainda algumas organizações de defesa e promoção dos direitos humanos de tratarem de um determinado assunto que elas consideram demasiado sensível no país onde desenvolvem a sua actividade*». Questões como a liberdade de reunião e associação, a problemática do discurso fundado no ódio e do incitamento à violência, ou da descriminalização da prática consensual de actos homossexuais foram igualmente objecto de longa consideração no decurso do discurso.

Patricia Prendiville, Directora Executiva da ILGA-Europa afirmou: «*Esta é a primeira vez que a ILGA foi convidada a usar da palavra num evento da OSCE deste nível; estamos muito gratos por esta oportunidade e esperamos que isso seja o reflexo de uma tendência no seio da OSCE*».

A ILGA-Europa foi igualmente co-responsável pela organização de um evento paralelo, muito concorrido, sobre a problemática da liberdade de reunião para os defensores dos direitos humanos. Espera-se que uma das consequências práticas da realização da RSDH seja a preparação de linhas de orientação relativamente aos defensores dos direitos humanos e de liberdade de reunião, dirigidas aos Estados-Membros da OSCE que participaram na reunião.

# EUROPA:

## Processo de consulta pública sobre o Livro Branco da Comissão sobre uma política de comunicação europeia

*Pela Equipa de Coordenação EUROPA, Direcção-Geral da Comunicação, 24 de Março de 2006*

No dia 1 de Fevereiro a Comissão Europeia aprovou um Livro Branco sobre uma política de comunicação europeia ([http://europa.eu.int/comm/communication\\_white\\_paper/index.htm](http://europa.eu.int/comm/communication_white_paper/index.htm)).

Trata-se de um livro destinado a ser submetido a consulta pública, de modo a recolher as suas opiniões – e as opiniões de outras partes interessadas – sobre a melhor forma de ligar a União Europeia às pessoas, na sua vida quotidiana.

Queremos tornar mais fácil às pessoas compreender como é que a UE funciona, quais as questões com que lida e como as decisões da UE afectam a vida nas comunidades locais.

Queremos também que as pessoas discutam as questões europeias de forma tão fácil e natural como discutem as questões nacionais ou locais. Afinal, as políticas europeias traduzem-se em acções locais, por isso devem ser objecto de discussão a nível local – não apenas entre os eurodeputados e os ministros dos diferentes governos.

Em terceiro lugar, queremos tornar mais fácil, para os cidadãos, ajudar a definir a UE. Queremos que as pessoas tenham acesso a fóruns onde possam fazer ouvir as suas vozes. Elas deveriam ser capazes de comunicar facilmente com os seus representantes locais, os seus deputados, eurodeputados e representantes em assembleias regionais, bem como com os departamentos centrais do governo e com as instituições da UE.

Essencialmente, queremos uma política de comunicação da UE que realmente ajude a resolver o «défícite democrático» na Europa!

As ONG serão parceiros chave nesta política, ajudando a assegurar uma maior transparência, uma melhor informação e critérios mais claros de consulta pública. É por isso que queremos ouvir a sua opinião a propósito do Livro Branco.

**O processo de consulta prolongar-se-á até final de Julho de 2006, pelo que convidamos todas as partes interessadas e cidadãos a enviarem os seus comentários e ideias relativamente às cinco áreas de actuação identificadas pelo Livro Branco:**

- Definição de princípios comuns que nortearão as actividades de comunicação da UE;
- Mobilização dos cidadãos (educação cívica, fóruns de debate, etc.);
- Trabalho com os meios de comunicação social e utilização das novas tecnologias;
- Compreender a opinião pública europeia;
- Trabalhar em conjunto (uma verdadeira parceria entre as instituições da UE, todos os níveis de governo, partidos políticos e ONG).

**A definição de princípios comuns é particularmente importante, uma vez que isso lança as bases para tudo o mais que os participantes poderão fazer em conjunto. Acreditamos que os cidadãos têm direito a informação completa e justa sobre a UE, o direito a beneficiar de um conjunto de perspectivas e a fazer ouvir as suas vozes junto dos responsáveis pela definição de políticas. Sugerimos que esses princípios ou direitos poderão ser consagrados num documento quadro – por exemplo, numa Carta Europeia ou num Código de Conduta sobre a Comunicação.**

([http://europa.eu.int/comm/communication\\_white\\_paper/charter\\_code/index\\_en.htm](http://europa.eu.int/comm/communication_white_paper/charter_code/index_en.htm)) **O que pensa sobre isto?**

Estamos muito interessados **nas suas opiniões** sobre as áreas relativamente às quais sugerimos a adopção de medidas, especialmente no domínio da «definição de princípios comuns», e quaisquer **novas ideias** que possa ter são igualmente muito bem vindas.

Pode ler o Livro Branco e deixar os seus comentários *online* em:  
[http://europa.eu.int/comm/communication\\_white\\_paper/index.htm](http://europa.eu.int/comm/communication_white_paper/index.htm)

No fim do processo de consulta pública iremos resumir todos os contributos e publicar as nossas conclusões. Iremos depois apresentar propostas de planos de acção relativamente a cada uma das áreas de trabalho.

**Diga-nos qual é a sua opinião!**

**Estamos ansiosos por ouvir a sua opinião!**

## Supremo Tribunal sueco, restaurante e beijo entre lésbicas

*Por Hans Ytterberg, provedor de justiça sueco contra a discriminação fundada na orientação sexual*

No dia 28 de Março de 2006, o Supremo Tribunal sueco anunciou a sua decisão no primeiro caso relativo a uma situação de discriminação por parte de um restaurante que foi julgado à luz da nova legislação contra a discriminação (entrada em vigor em 1 de Julho de 2003). O provedor de justiça contra a discriminação fundada na orientação sexual sueco, Sr. Hans Ytterberg, apresentou uma queixa contra um restaurante que recusou servir duas mulheres que se tinham beijado e abraçado no seu interior. O Tribunal Municipal de Estocolmo proferiu uma decisão contra o provedor, mas em sede de recurso, o Tribunal de Apelação revogou a decisão, decidiu a favor do provedor e condenou a empresa proprietária do restaurante a pagar 50 000 SEK (aproximadamente € 5 500, ou \$ 6 500 dólares norte-americanos) a título de indemnização pelos prejuízos causados. A empresa recorreu para o Supremo Tribunal, que aceitou rever o caso.

Na sua decisão o Supremo Tribunal confirmou que a interpretação das normas relativas ao ónus da prova sugerida pelo provedor estava correcta, e considerou, como o Tribunal de Apelação já tinha feito, que o restaurante não tinha provado que a sua recusa em servir o casal tinha tido por base razões legítimas, totalmente alheias à orientação sexual das mulheres. Contudo, em relação ao montante da indemnização arbitrada, o Supremo Tribunal ignorou os argumentos do provedor no sentido de que a legislação sueca tinha de ser interpretada de acordo com o direito comunitário, que, na directiva 2000/43/CE, exige que quaisquer sanções aplicáveis sejam efectivas e dissuasoras. O Supremo Tribunal considerou que 15 000 SEK (aproximadamente € 1 500, ou \$ 2 000 dólares norte-americanos) constituíam uma indemnização adequada.

O provedor comentou a decisão afirmando que ela era, naturalmente, positiva pelo facto de o mais Alto Tribunal do país ter deixado bem claro que a discriminação fundada na orientação sexual é inaceitável, mas lamentou ao mesmo tempo o facto de o tribunal ter optado por ignorar a necessidade de a protecção contra esse tipo de discriminação ser efectiva e dissuasora. O provedor afirmou que iria ponderar a possibilidade de requerer aos tribunais onde pendem outros casos para que seja pedida uma tomada de posição prévia por parte do Tribunal de Justiça, no Luxemburgo, sobre o que deve entender-se por «efectivo» e «dissuasor» à luz das directivas anti-discriminação, relativamente ao valor das indemnizações que sejam arbitradas como compensação por actos de discriminação.

## Grécia não quer gays nas suas Forças Armadas

Fonte: *Political Gateway*, 28 de Março de 2006, [www.politicalgateway.com/news/read.html?id=6756](http://www.politicalgateway.com/news/read.html?id=6756)

Oficialmente, a Grécia não quer gays nas suas Forças Armadas, tanto entre os mancebos que cumprem o seu serviço militar obrigatório como entre o grupo dos que se alistam voluntariamente, declarou um general das Forças Armadas gregas na terça-feira.

O exército grego impede os gays de ingressarem nas suas fileiras ao abrigo de um decreto presidencial de 2002, que exclui das Forças Armadas todas as pessoas que «sofram de desordens psico-sexuais ou relativas à identidade sexual», afirmou um general à AFP.

A confirmação surgiu no dia em que a comunidade gay do país (Eok) apresentou, na terça-feira, uma queixa contra os ministérios gregos da Defesa e dos Transportes, alegando que este diploma «fascista» os impede igualmente de obterem cartas de condução.

A exigência de apresentação de um atestado que certifique que um mancebo cumpriu o seu serviço militar – que é obrigatório para todos os gregos do sexo masculino – conta-se entre a lista de requisitos para a obtenção de uma carta de condução na Grécia, afirmou o membro do Eok, Vangelis Iannelos.

Iannelos citou o caso de um homem homossexual a quem o Ministério dos Transportes informou que se quisesse obter uma carta de condução teria de se sujeitar a um tratamento psiquiátrico durante seis meses.

O atestado do próprio Iannelos, emitido em 1996, refere que ele «sofre de comportamento homossexual», afirmou ele.

Por iniciativa da autoridade a quem cabe a protecção dos dados pessoais na Grécia esses detalhes já não são objecto de referência no atestado militar.

Mas uma vez que o mesmo documento é entregue a todas as pessoas isentas do serviço militar, «os homossexuais são colocados no mesmo saco que os psicóticos», disse Iannelos à AFP.

Em Fevereiro de 2006 a Comissão Nacional para os Direitos Humanos da Grécia, um órgão estatal com competência para aconselhar o primeiro-ministro, exigiu a tomada de medidas para acabar com a discriminação contra os homossexuais no país. Nenhuma medida foram tomadas até ao momento.



## Dirigente de partido húngaro aliado do *Fidesz* faz afirmações homofóbicas em antecipação das eleições

Fonte: [www.portfolio.hu](http://www.portfolio.hu), 29 March 2006

O Partido Cristão-Democrático do Povo da Hungria (KDNP), um partido satélite do principal partido da oposição húngaro, *Fidesz*, atacou o partido liberal SZDSZ – membro minoritário da coligação governamental – pelo seu apoio aos direitos dos homossexuais e exortou o partido a desaparecer da vida política.

«*Já estamos fartos da perversão, do orgulho gay e dos valores (que os liberais Democratas Livres do) SZDSZ tem representado*», afirmou o Presidente do KDNP, Zsolt Semjén, durante o congresso nacional do partido no decurso do fim de semana.

Semjén afirmou que já era tempo do SZDSZ desaparecer de uma vez por todas da cena política húngara.

Semjén felicitou o Presidente polaco, Lech Kaczynski, que, enquanto Presidente da Câmara de Varsóvia, proibiu uma marcha em defesa dos direitos dos homossexuais e criticou uma manifestação de protesto organizada em Budapeste por activistas dos direitos dos homossexuais contra a visita de Kaczynski.

«*Ele teve coragem, enquanto presidente da Câmara de Varsóvia, de impedir a realização da marcha gay em Varsóvia para proteger a juventude e a moral pública*», afirmou ele.

Semjén dirigiu o trecho seguinte do seu ataque contra o Primeiro Ministro Ferenc Gyurcsány, do Partido Socialista (MSZP), por ter considerado que a religião era uma questão do foro privado.

Semjén, citando o cardeal Mindszenty, afirmou: «*Onde a religião se transforme numa questão do foro privado, a vida transformar-se-á em corrupção, crime e crueldade. Hitler também encarava a religião como uma questão do foro privado, e a partir daí veio a Gestapo, Auschwitz e a prisão*».

O vice-presidente do *Fidesz*, Pál Schmitt fez igualmente um discurso durante o congresso e assegurou aos presentes que a aliança entre o *Fidesz* e o KDNP era forte e estava no bom caminho para alcançar a vitória nas próximas eleições.

A Hungria irá realizar uma eleição com duas voltas nos dias 9 e 23 de Abril, e o *Fidesz* e o Partido Socialista, no poder, estão muito próximos nas intenções de voto. As últimas sondagens de opinião indicam uma pequena margem a favor dos Socialistas ou apontam para um empate.

Os Democratas Livres emitiram um comunicado afirmando que não iriam continuar a tolerar os insultos de Semjén. «*Nós acreditamos firmemente que este exemplo de Hitler e este ódio inexorável escandaliza tanto os Cristão como as pessoas de fé diferente e os ateus*».

O deputado do SZDSZ Péter Gusztos afirmou que o Estado não tinha nada a ver com o que as pessoas fazem nos seus quartos.

O porta-voz do MSZP, István Nyakó afirmou que se verifica uma competição sem quartel entre Semjén e István Mikola (vice Primeiro-Ministro indicado pelo *Fidesz*) para ver quem consegue insultar mais cidadãos húngaros no menor tempo possível.

# FAMÍLIAS DE PESSOAS DO MESMO SEXO:

## República Checa: Reacção homossexual à lei sobre uniões de pessoas do mesmo sexo

Fonte: Comunicado de imprensa da Iniciativa Gay na República Checa, 16 de Março de 2006

### VACLAV KLAUS PERDE!!! UNIÕES REGISTRADAS FORAM APROVADAS!!!

No dia 15 de Março de 2006, pelas 18 horas e 17 minutos, a Câmara dos Deputados ultrapassou o veto do Presidente da República Checa, Sr. Vaclav Klaus. Eram necessários 101 votos para o conseguir. A favor da lei sobre uniões registadas votaram quase todos os deputados do Partido Social Democrata (CSSD), do Partido Comunista (KSCM) e da União pela Liberdade (US) e apenas dois membros do Partido Cívico Democrático (ODS).

O CSSD, sob a liderança do Primeiro-Ministro Jiri Paroubek, conseguiu manter a sua promessa de apoiar a lei sobre uniões registadas. Também o KSCM e a US cumpriram as suas promessas eleitorais. Os deputados do ODS demonstraram uma total falta de fibra moral, quando pressionaram os seus colegas – antigos apoiantes da lei – para que não votassem a favor do diploma. Argumentaram que o Primeiro-Ministro Paroubek tinha politicizado a questão. Agradecemos aos dois corajosos deputados do ODS que permitiram que a lei sobre uniões registadas se tornasse uma realidade.

A Iniciativa Gay na República Checa (antiga SOHO – Associação de organizações de cidadãos homossexuais na República Checa) viu reconhecidos os seus 15 anos de esforços a favor do reconhecimento legal e concreto da igualdade da minoria gay e lésbica na República Checa.

Agradecemos a todos os que resistiram a 15 anos de trabalho por esta ideia humana. Agradecemos a todos os que transmitiram informações relevantes sobre questões relativas a gays e lésbicas aos *media*. Agradecemos a todos os deputados que apoiaram os pequenos passos que foram dados com vista à aprovação da Lei sobre Uniões Registadas. E acima de tudo, agradecemos o apoio de todos os cidadãos da República Checa que estão maioritariamente de acordo com a aprovação deste diploma.

Exortamos todos os nossos amigos entre a minoria gay e lésbica a não terem medo de utilizar esta moderna possibilidade do século XXI e de verem as suas relações fiéis e estáveis confirmadas através da utilização desta lei.

O público e os legisladores deram um claro sinal ao mundo – A República Checa encontrou o seu lugar entre os países democráticos do Mundo e considera os seus cidadãos que integram a minoria gay e lésbica iguais aos outros.

O presidente da Iniciativa Gay na República Checa, Sr. Jiri Hromada, proferiu as seguintes palavras a propósito desta vitória: «Há uma semana atrás Vaclav Klaus pediu à Câmara dos Deputados para que tivesse bom senso. Eu envio esta mensagem ao Sr. Klaus – O BOM SENSO PREVALECEU! Graças a Deus...».

Gay iniciativa v ČR

## Irlanda: Governo prepara-se para conferir protecção legal às uniões civis

Por Michael O'Farrell, Correspondente político, Irish Examiner, 22 de Março de 2006,  
[www.irishexaminer.com/pport/web/ireland/Full\\_Story/did-sgqx5vwu1rzpAsgdL11Zs5FWAE.asp](http://www.irishexaminer.com/pport/web/ireland/Full_Story/did-sgqx5vwu1rzpAsgdL11Zs5FWAE.asp)

O governo está prestes a dar o primeiro passo com vista a conferir protecção legal às uniões civis, através da criação de um novo grupo de trabalho cujo objectivo é aconselhar o executivo nesta matéria.

Na reunião de ontem do conselho de ministros foi decidido que o Departamento de Justiça criaria um grupo de trabalho com a missão de preparar um estudo sobre as alternativas disponíveis, a ser apresentado ao governo.

O estudo deverá indicar as possíveis opções com vista à aprovação do primeiro instituto jurídico de sempre relativo aos casais que vivem em união de facto. Entre estas opções não deverá constar nenhuma que implique a alteração da definição de família consagrada na Constituição, uma vez que a Comissão do *Oireachtas* para a reforma Constitucional afastou a hipótese de ser realizado um referendo sobre esta matéria.

Um porta-voz do governo afirmou, ontem à noite, que o grupo de trabalho «*não se aproximaria*» da questão das uniões de pessoas do mesmo sexo. «*Eles limitar-se-ão a ponderar as opções disponíveis e ver o que pode ser feito para conferir uma base legal às uniões*», afirmou o porta-voz.

Em Janeiro, a Comissão do *Oireachtas* para a Reforma Constitucional concluiu que qualquer tentativa de alterar a definição de família constante da Constituição causaria «uma profunda e duradoura divisão» na sociedade.

Ao invés, a Comissão, por maioria, resolveu recomendar uma alteração legislativa destinada a regularizar a situação de cerca de 77 000 casais que vivem em união de facto.

Contudo, o Partido Trabalhista, o *Sinn Féin* e o Partido Os Verdes opuseram-se à decisão da Comissão de não recomendar um referendo para conferir aos casais de pessoas do mesmo sexo e às famílias não fundadas no matrimónio o mesmo estatuto reconhecido aos casais unidos pelo matrimónio.

A decisão foi fortemente criticada pelos grupos de promoção e defesa dos direitos dos homossexuais e dos direitos cívicos, que consideraram que isso iria aumentar a diferença entre os casais hetero e homossexuais.

Os grupos religiosos, contudo, consideraram que a Comissão foi longe de mais, ao propor um desvio à família fundada no casamento.

## Holanda: Números relativos aos casamentos de pessoas do mesmo sexo estabilizam

Fonte: *Expatica*, 20 de Março de 2006,

[www.expatica.com/source/site\\_article.asp?subchannel\\_id=1&story\\_id=28548&name=Same%2Dsex+marriage+numbers+settle+down](http://www.expatica.com/source/site_article.asp?subchannel_id=1&story_id=28548&name=Same%2Dsex+marriage+numbers+settle+down)

O número de casamentos entre pessoas do mesmo século estabilizou desde a entrada em vigor da legislação que permitiu o casamento homossexual na Holanda, há cinco anos.

O Instituto Nacional de Estatística holandês (CBS) revelou, na segunda-feira, que 1 166 casais de gays e lésbicas casaram em 2005, comparado com 1 210 casais no ano anterior. O professor de demografia Jan Latten, do CBS, prevê que sejam celebrados cerca de 1 200 casamentos gays e lésbicos em 2006, uma vez que a taxa de casamentos está a evoluir ao mesmo nível do ano passado.

Cerca de 2 414 casais de gays e lésbicas contraíram casamento em 2001, quando a Holanda se tornou o primeiro país do mundo a permitir o casamento entre pessoas do mesmo sexo. No ano seguinte verificou-se igualmente uma corrida às Conservatórias do Registo Civil, altura em que cerca de 1 838 casais de pessoas do mesmo sexo deram o nó.

«Verificou-se um certo frenesim em 2001. Muitas pessoas que já viviam juntas há 30 ou 40 anos casaram», afirmou ele. Os números alcançaram os seus máximos em 2002.

«Depois disso, os números diminuíram. Todos perguntaram como é que isto foi possível porque a abertura do casamento parecia ter sido tão popular. Parece que este máximo corresponde ao efeito de “partida”. Os números de 2004 e 2005 foram praticamente iguais», disse Latten.

Latten considera que a tendência para o casamento estabilizou nas comunidades gay e lésbica e que o número anual de casamentos seja semelhante ao actual.

As pessoas homossexuais casam menos que os heterossexuais sobretudo porque as pessoas homossexuais tendem a ter menos crianças do que os heterossexuais. «As crianças ainda são, frequentemente, a razão para que as pessoas se casem», disse Latten.

Os números relativos aos divórcios compilados pelo CBS não diferem entre os casais heterossexuais e os casais homossexuais. O CBS disse que é de notar, no entanto, que as lésbicas casadas que se divorciam tendem a fazê-lo mais cedo do que os homens homossexuais casados.

O número total de casamentos – heterossexuais e homossexuais – caiu de forma sensível nos últimos cinco anos. Em 2001, 82 901 casais contraíram casamento, contra 73 861 no ano passado.

# LIBERDADE DE REUNIÃO:

## Presidente da Câmara de Moscovo instado a «reponderar» a proibição da Marcha do Orgulho Gay

Fonte: Pink News, 29 de Março de 2006, [www.pinknews.co.uk/news/articles/2005-958.html](http://www.pinknews.co.uk/news/articles/2005-958.html)

O Conselho da Europa exortou o Presidente da Câmara de Moscovo a autorizar a Marcha do Orgulho Gay da cidade.

O Presidente do Congresso das Autoridades Locais e Regionais do Conselho, Giovanni di Stasi, pediu a Yuri Luzhkov para «reponderar» a sua política e para autorizar a comunidade gay a realizar a sua Marcha na Rússia, em Maio, já que estão em causa a liberdade de expressão e o direito à protecção contra a discriminação, reconhecidos pelas convenções de direitos humanos.

Ele afirmou, numa carta enviada ao Presidente da Câmara, que *«A natureza universal e inalienável destes direitos não pode nunca ser posta em causa; neste matéria o Congresso, de que eu sou o Presidente, sempre procurou melhorar a situação das minorias e dos grupos vulneráveis a nível local e regional, e promover a sua plena participação em todos os aspectos da sociedade civil como cidadãos apreciados e valiosos»*.

O Congresso mostrou-se assim preocupado quando soube que uma Marcha do Orgulho Gay, programada para o dia 24 a 28 de Maio deste ano, em Moscovo, tinha sido proibida pelas autoridades.

*«Ficaria muito agradecido, Sr. Presidente da Câmara Municipal, se pudesse dignar-se reponderar a sua decisão, e enviar ao Congresso das Autoridades Locais e Regionais ulteriores informações sobre esta matéria»*.

O porta-voz do Presidente da Câmara, Sergey Tsoy, sublinhou anteriormente que a cidade não admitiria a possibilidade de autorizar a Marcha. *«A Câmara Municipal de Moscovo não vai sequer colocar a hipótese de permitir a Marcha gay»*. Ele alegou que o evento planeado tinha suscitado repulsa por parte da sociedade, em particular junto dos líderes religiosos.

O Sr. Tsoy afirmou que o Presidente da Câmara *«estava seguro de que a Câmara Municipal não iria permitir a realização da Marcha do Orgulho Gay fosse de que modo fosse, de forma explícita ou disfarçada, e quaisquer tentativas de organizar uma manifestação não autorizada serão inapelavelmente reprimidas»*.

## BREVES:

### Duas vagas no Gabinete para as Instituições Democráticas e para os Direitos Humanos

*Por Jo-Anne Bishop, Responsável pelo Programa para a Tolerância e Contra a Discriminação do OSCE-ODIHR, [www.osce.org/odihhr](http://www.osce.org/odihhr)*

O Gabinete para as Instituições Democráticas e para os Direitos Humanos (ODIHR) é a principal instituição da OSCE responsável pela dimensão humana e tem um largo número de projectos de assistência nos domínios do estabelecimento de instituições democráticas, do Estado de Direito e dos direitos humanos, bem como do acompanhamento de actos eleitorais.

Posição: Responsável pela monitorização dos crimes fundados no ódio

Local: Varsóvia, Polónia

Data limite: 19 de Abril de 2006

Mais detalhes e instruções para apresentação de candidaturas:

[www.osce.org/employment/13108.html](http://www.osce.org/employment/13108.html).

Posição: Conselheiro jurídico

Local: Varsóvia, Polónia

Data limite: 21 de Abril de 2006

Mais detalhes e instruções para apresentação de candidaturas:

[www.osce.org/employment/show\\_vacancy.php?id=2378](http://www.osce.org/employment/show_vacancy.php?id=2378).

### Vaga na Rede Europeia Contra a Pobreza

*Fonte: EAPN Flash n.º 164, 7 de Abril de 2006*

A Rede Europeia Contra a Pobreza pretende contratar um responsável pelo sector da informação.

Prazo limite: 1 de Maio de 2006

Detalhes e formulário para apresentação de candidaturas no *website*:

[www.eapn.org/code/en/news\\_detail.asp?pk\\_id\\_content=1922](http://www.eapn.org/code/en/news_detail.asp?pk_id_content=1922)

## Últimos livros sobre os direitos de LGBT

Matteo Bonini Baraldi escreveu «*Le nuove convivenze - tra discipline straniere e diritto interno*», ISBN 88-217-2238-4 (<http://ipshop.ipsoa.it/scheda.asp?ID=000053597>).

Ian Curry-Sumner escreveu «*All's well that ends registered? The Substantive and Private International Law Aspects of Non-Marital Registered Relationships in Europe*», ISBN 90-5095-532-0 ([www.intersentia.be/zoekdetail.asp?pid=1251](http://www.intersentia.be/zoekdetail.asp?pid=1251)).

Mark Harper, Martin Downes, Katharine Landells e Gerald Wilson escreveram «*Civil Partnership: The New Law*» (acerca da legislação em Inglaterra e País de Gales), ISBN 0-85308-933-7 [www.jordanpublishing.co.uk/Publications/catDetails.aspx?productID=65](http://www.jordanpublishing.co.uk/Publications/catDetails.aspx?productID=65).

«*The gays' and lesbians' rights in an enlarged European Union*», editado por Anne Weyembergh e Sinziana Carstocea (2006), ISBN 2-8004-1367-0 ([www.editions-universite-bruxelles.be/ABWebBuilder.php?page=/catalogue](http://www.editions-universite-bruxelles.be/ABWebBuilder.php?page=/catalogue)).

«*La discriminazione fondata sull'orientamento sessuale*», editado por Stefano Fabeni e Maria Gigliola Toniollo, ISBN 88-230-1029-2 ([www.ediesseonline.it/asp/libro.asp?id=245](http://www.ediesseonline.it/asp/libro.asp?id=245)).

## Igualdade de Direitos na Prática – Últimos números

Fonte: Comissão Europeia, 20 de Março de 2006

O último número de Igualdade de Direitos na Prática – a revista do Programa de Acção de combate à discriminação – está já disponível. A edição da Primavera de 2006 contém uma entrevista com o novo chefe da unidade anti-discriminação da Comissão Europeia a propósito do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades, 2007.

Inclui ainda um perfil do grupo de alto nível criado para aconselhar a Comissão Europeia em matéria de inclusão social das minorias étnicas e um sumário de notícias da campanha de informação «Pela Diversidade. Contra a Discriminação».

O ênfase deste número é posto na diversidade no local de trabalho, sublinhando alguns exemplos de boas práticas adoptadas por algumas entidades patronais. O editorial é da responsabilidade de Philippe de Buck, Secretário-Geral da UNICE – a federação europeia de entidades patronais.

Inglês:

[www.europa.eu.int/comm/employment\\_social/fundamental\\_rights/pdf/pubst/nl5\\_06\\_en.pdf](http://www.europa.eu.int/comm/employment_social/fundamental_rights/pdf/pubst/nl5_06_en.pdf)

Francês:

[www.europa.eu.int/comm/employment\\_social/fundamental\\_rights/pdf/pubst/nl5\\_06\\_fr.pdf](http://www.europa.eu.int/comm/employment_social/fundamental_rights/pdf/pubst/nl5_06_fr.pdf)

Alemão:

[www.europa.eu.int/comm/employment\\_social/fundamental\\_rights/pdf/pubst/nl5\\_06\\_de.pdf](http://www.europa.eu.int/comm/employment_social/fundamental_rights/pdf/pubst/nl5_06_de.pdf)

A presente versão portuguesa da edição em inglês do n.º 130 (Abril de 2006) da Euro-Letter foi preparada com finalidade meramente informativa, não sendo o seu autor tradutor profissional. Assim, e embora tenham sido envidados todos os esforços para assegurar a fidelidade e correcção da tradução, esta não deve ser utilizada sem prévio confronto com a versão original do texto.

Todas as citações de documentos oficiais, designadamente de instituições europeias, que não contenham menção da respectiva fonte são da responsabilidade do tradutor, não dispensando, por isso mesmo, a consulta das respectivas versões autênticas, quando existam, ou com as versões originais, no caso contrário.

**Abreviaturas comumente utilizadas no texto:** *UE* – União Europeia; *LGBT* – Lésbica(s), Gay(s), Bissexual(ais) e Transsexual(ais); *ONG* – Organização(ões) Não Governamental(ais);